



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 024/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00004 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso aos seguintes dados de ocorrência: a) número de acidentes de trânsito registrados no estado de São Paulo, entre 1995 e 2021 (dados de cada ano); b) número de acidentes de trânsito registrados em São José do Rio Preto entre 1995 e 2021 (dados de cada ano); c) número de mortes no trânsito registradas no estado de São Paulo, entre 1995 e 2021 (dados de cada ano); d) número de mortes no trânsito registradas em São José do Rio Preto, entre 1995 e 2021 (dados de cada ano); e) quantidade média gasta com os acidentes de trânsito, em São José do Rio Preto, entre 1995 e 2021 (dados de cada ano); f) número de brigas de trânsito registradas, em São José do Rio Preto, entre 2012 e 2021 (dados de cada ano); g) número de motoristas autuados por embriaguez ao volante, em São José do Rio Preto, entre 1997 e 2021 (dados de cada ano); h) número de motoristas presos por embriaguez ao volante, em São José do Rio Preto, entre 1997 e 2021 (dados de cada ano); h) número de motoristas autuados por embriaguez ao volante, entre 1997 e 2021 (dados de cada ano) nas bases da Polícia Rodoviária Estadual (PRE) de São José do Rio Preto, Catanduva, Fernandópolis, Votuporanga e Sud Mennucci. Razões de recusa indicadas. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 024/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão informou que: a) *"a solicitação contempla pedido que envolve trabalho adicional de análise, portanto a Polícia Militar esclarece a impossibilidade técnica e legal de fornecimento da resposta pelo volume de informações que são armazenadas, uma vez que o banco de dados possui todas as ocorrências atendidas pela PMESP em todo o Estado de São Paulo"*; b) *"as informações solicitadas estão disponíveis para consulta através de transparência ativa, que é a disponibilização espontânea das informações produzidas e custodiadas pelos órgãos ou entidades antes mesmo de serem solicitadas, em local de fácil acesso na internet por meio do sitio eletrônico <http://www.ssp.sp.gov.br/transparenciassp/Consulta.aspx>"; c) no site do DETRAN seriam encontrados "maiores esclarecimentos dos gastos com os acidentes de trânsito e dos pagamentos das indenizações do Seguro DPVAT". Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.*

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

3. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente justificou adequadamente a impossibilidade de disponibilizar as informações compiladas da forma solicitada, bem como orientou o cidadão a realizar a pesquisa dos dados em transparência ativa e ainda informou que parte das informações poderiam ser obtidas em outro canal.
4. Nesse sentido, vale lembrar que o Decreto federal nº 7.724, de 16 maio de 2012, afasta a necessidade de atendimento de pedidos de acesso à informação que demandem trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou quando requeiram a produção ou tratamento de dados e informações que não sejam de competência do órgão ou entidade.
5. Considerando que o ente justificou adequadamente a negativa de acesso, segundo entendimento do artigo 13 do Decreto federal nº 7.724, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 10 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público